



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 26

QUARTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	617
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	622
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	647
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	650
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	650
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal.....	650
EDITAIS E AVISOS.....	650

Supremo Tribunal Federal

Presidência

ÍNDICE DE ADVOGADOS

GALENO DE LACERDA	1 0021279-9/160
GALENO LACERDA	1 0021278-1/160
ION PLENS	1 0000431-0/600
MARCELO N. R. DANTAS	1 0000434-4/600
PAULO MATTA MACHADO	1 0000432-8/600
RENATO GOMES NERY	1 0021277-2/160

DISTRIBUIÇÃO

PRIMEIRA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO NERI DA SILVEIRA (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

EXTR 0000437-5/120 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE : GOVERNO DO CHILE
EXTNDO : RAUL HIDALGO MERINO

HC 0068546-3/130 DF
RELATOR : MIN. ALDIR PASSARINHO
IMPTE : ROSEU PIRES DE CAMPOS BARRUS
COATOR : CORTE ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
PACTE : IRAJA PIMENTEL

IF 0000112-9/150 DF
REQTE : CONSELHO DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
RODO : ESTADO DE MATO GROSSO
REGISTRADO

MS 0021277-2/160 DF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE MATO GROSSO
ADV. : RENATO GOMES NERY
IMPDO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

MS 0021278-1/160 DF
RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES
IMPTE : ASSOCIAÇÃO DOS JUIZES DO RIO GRANDE DO SUL-AJURIS
ADV. : GALENO LACERDA
IMPDO : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MS 0021279-9/160 DF
RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES
IMPTE : ASSOCIAÇÃO DO MINISTERIO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL - AMPRGS
ADV. : GALENO DE LACERDA
IMPDO : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

ADIN 0000431-0/600 DF
RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES
REQTE : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
ADV. : ION PLENS
REQDO : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQON : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ADIN 0000432-8/600 DF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT
ADV. : PAULO MATTA MACHADO
REQDO : MINISTRO DA INFRA-ESTRUTURA

ADIN 0000434-4/600 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE : MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV. : MARCELO N. R. DANTAS
REQDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
REQON : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	1			1
MIN. ALDIR PASSARINHO		1		1
MIN. SYDNEY SANCHES		3		3
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		2		2
MIN. CELSO DE MELLO		2		2
TOTAL	1	6		9

Brasília, 01 de fevereiro de 1991.

JOSE ALFREDO MARTINEZ DA SILVA
Diretor do Departamento Judiciário

MINISTRO NERI DA SILVEIRA
Presidente

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ALVARO DA SILVA	1 0004495-1/240
JOAO JOSE DE SOUZA LEITE	1 0000430-1/600
JONAS DUARTE JOSE DA SILVA	1 0000435-2/600
JOSE CARLOS DE ALMEIDA QUEIROZ	1 0021280-2/160
JOSE PINTO DA MOTA FILHO	1 0000435-2/600
VALDIR V. BARTOLI	1 0004496-0/240

DISTRIBUIÇÃO

SEGUNDA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO NERI DA SILVEIRA (ART. 66 RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

MS 0021280-2/160 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
IMPTE : RICARDO JUSTINIANO

ADV. : JOSE CARLOS DE ALMEIDA QUEIROZ
IMPDO : PRESIDENTE DA REPUBLICA

SE 0004495-1/240 DF
REQTE : JOSEF RATTNER
ADV. : ALVARO DA SILVA E OUTRO
REQDO : NOEMI MALCA DANIELA RATTNER
REGISTRADO

SE 0004496-0/240 DF
REQTE : VALERIA MIRABELLI CENTURIONE
ADV. : VALDIR V. BARTOLI E OUTRO
REQDO : ARTUR BRANDT SORRINHO
REGISTRADO

ADIN 0000430-1/600 DF
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
REQTE : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB
ADV. : JOAO JOSE DE SOUZA LEITE
REQDO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ADIN 0000435-2/600 DF
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
REQTE : PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV. : JOSE PINTO DA MOTA FILHO
ADV. : JONAS DUARTE JOSE DA SILVA E OUTROS
REQDO : PRESIDENTE DA REPUBLICA

MINISTRO	REGISTR.	UISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		1		1
MIN. SEPULVEDA PERTENCE		1		1
MIN. CARLOS VELLOSO		1		1
TOTAL	2	3		5

Brasília, 04 de fevereiro de 1991.

JOSE ALFREDO MARTINEZ DA SILVA
Diretor do Departamento Judiciário

MINISTRO NERI DA SILVEIRA
Presidente

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

CONCESSÃO DE EXEQUATUR

O Ministro Néri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do que dispõem o artigo 102, I, h, da Cons

tituição, e os artigos 13, IX, e 225, estes do Regimento Interno da mesma Corte, e considerando o parecer favorável da Procuradoria Geral da República:

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 5.370-3, proveniente do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte - Justiça Rogante: Suprema Corte de Hong Kong - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para citação da Expro Companhia de Comércio Exterior.

Interv. Federal nº 108-0/150

Rqte.: Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo. Rqdo.: Estado de São Paulo.

DESPACHO: - Vistos. Cuida-se de pedido de intervenção federal em São Paulo, invocando-se o art. 34, III, da Constituição Federal, ou seja, "pôr termo a grave comprometimento da ordem pública."

2. O signatário da petição inicial alega condição de Presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo. Nenhum documento, entretanto, instrui a inicial.

3. Mesmo deixando à margem a questão preliminar da legitimidade do requerente, certo é que os fatos alinhados na inicial não definem hipótese em que a decretação da intervenção depende de requisição do Supremo Tribunal Federal, ut art. 36, I, II e III, da Constituição.

4. Nego, em consequência, desde logo, seguimento ao pedido neste Tribunal, com base no art. 21, § 1º, da Lei Maior.

Arquive-se.

Brasília, 19 de dezembro de 1990.

Ministro NERI DA SILVEIRA
Presidente

MI NR. 291-6/400 - DF

IMPTE CLEALDO MELO DE ARAUJO LOPES E OUTROS
ADV. DAVID AVELINO RIBEIRO
IMPDO PRESIDENTE DA REPUBLICA

Na petição SC-STF 25420, em que o Dr. David Avelino Ribeiro requer seja notificado o Congresso Nacional, na condição de litisconsorte passivo necessário, foi exarado o seguinte:

Despacho: J, como requer.
Brasília, 20 de dezembro de 1990.

Ministro SEPULVEDA PERTENCE
Relator

"Em consequência fica o impetrante intimado a providenciar a extração do expediente."

RvCr nº 4.956-4 - SP

Rqte.: Luiz Claudio Fornazier. Rqdo.: Juiz de Direito da 1ª. Vara Criminal da Comarca de Piracicaba.

Decisão: - Remetam-se os autos ao Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, competente para apreciar o pedido de revisão.

Publique-se.
Brasília, 08 de janeiro de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES
Relator

SE NR. 4473-1/240 - DF

REQTE MARCELO FONSECA
ADV. TANIA MARCIA DE OLIVEIRA
REQDO VALERIA FONSECA
VALERIA PEREIRA SOARES
VALERIA PEREIRA SOARES FONSECA

Despacho: Cite-se, por edital (fls. 4).

Brasília, 17 de dezembro de 1990.

Ministro NERI DA SILVEIRA
Presidente

"Em consequência fica o requerente intimado a retirar, oportunamente, a cópia do edital para publicação."

SS Nº 290-2/260 - DF

Rqte.: Prefeitura Municipal de Cosmópolis (Advs.: Carlos Olímpio Pires da Cunha e outro) Rqd.: 3º. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DESPACHO: - Vistos. A Prefeitura Municipal de Cosmópolis, São Paulo, requer a suspensão dos efeitos de medida liminar concedida pelo ilustre 3º. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, no mandado de segurança, impetrado pelo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Os fatos estão assim resumidos no parecer da Procuradoria-Geral da República, às fls. 13:

"a) o MM. Juiz de Direito da 1ª. Vara da Fazenda Pública da comarca de Santos concedeu medida liminar em ação



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX) (061) 321-5566 Telex: (061) 1366 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

Martins S/C LTDA (Adv.: Dr. Luiz Freire Filho) e recorridos Aparecida Sabino Raymundo e Outro (Adv.: Dr.ª Vilma Ortigoso Seixas).

RR-10456/90.4, Relator Ministro Ursulino Santos e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-1a. região, sendo recorrente Distribuidora de Comestíveis Disco S/A (Adv.: Dr. Lourival Bacelar) e recorrida Maria do Socorro Alves Faria (Adv.: Dr. Sebastião Fernandes Sardinha).

RR-10469/90.9, Relator Ministro M.A. Giacomini e Revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-15a. região, sendo recorrente Banco Bradesco S/A (Adv.: Dr. Frederico Borghi Neto) e recorrida Darci Pataro (Adv.: Dr. Antonio Gabriel de S.E. Silva).

RR-10734/90.8, Relator Ministro José Carlos da Fonseca e Revisor Ministro M.A. Giacomini, TRT-4a. região, sendo recorrente Banco Nacional S/A (Adv.: Dr. Denise Acauan Pizzato) e recorrido Eglai Simeí Macedo Figueiredo (Adv.: Dr. José Torres das Neves).

RR-10752/90.0, Relator Ministro M.A. Giacomini e Revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-10a. região, sendo recorrente Roberto Costa (Adv.: Dr. Aldemar Borges de Matos) e recorrida Fundação Universidade de Brasília-FUB (Adv.: Dr. Francisco Pedro de Oliveira).

RR-10764/90.8, Relator Ministro M.A. Giacomini e Revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrente Plásticos Plavinil S/A (Adv.: Dr. Pedro Gordilho) e recorrido Luiz Matos Cavalcanti (Adv.: Dr. Adhemar Valverde).

RR-10777/90.3, Relator Ministro M.A. Giacomini e Revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrentes Letério Santoro e Outros (Adv.: Dr. Francisco Paulo Gondim) e recorrida Fundação Estadual do Bem Estar do Menor-FEBEM (Adv.: Dr. José V. da Silveira).

RR-10789/90.1, Relator Ministro Fernando Vilar e Revisora Ministra Cneá Moreira, TRT-2a. região, sendo recorrente Cia. Municipal de Transportes Coletivos-CMTC (Adv.: Dr. José Alberto Couto Maciel) e recorrido Augusto Almeida Ferreira (Adv.: Dr. Sid H. Riedel de Figueiredo).

RR-10813/90.0, Relator Ministro Fernando Vilar e Revisora Ministra Cneá Moreira, TRT-2a. região, sendo recorrentes Banco Real S/A e Outro (Adv.: Dra. Ana Maria Valente Cordeiro) e recorridos Darci Teixeira Brazão e Outros (Adv.: Dr. Leandro Meloni).

RR-10821/90.8, Relatora Ministra Cneá Moreira e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-4a. região, sendo recorrente Banco Sudameris Brasil S/A (Adv.: Dr. Rogério Avelar) e recorrida Eliana Salete Andrighetti Schmidt (Adv.: Dr. Ricardo Gressler).

RR-10842/90.2, Relatora Ministra Cneá Moreira e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-9a. região, sendo recorrente Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA (Adv.: Dr. João Conceição e Silva) e recorrido Paulo Cerqueira Pinto (Adv.: Dr. Nestor A. Malvezzi).

RR-10900/90.0, Relator Ministro Ursulino Santos e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-12a. região, sendo recorrente Banco Itaú S/A (Adv.: Dr. Hélio Carvalho Santana) e recorrido Antonio Carlos Goulart (Adv.: Dr. Erico Mendes de Oliveira).

RR-10918/90.1, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-10a. região, sendo recorrente Rubem Jesus de Carvalho (Adv.: Dra. Heloisa R.C. Felipe dos Santos) e recorrida Fundação do Serviço Social do Distrito Federal (Adv.: Dr. Jorge Luiz Papadopolis Bottega).

AI-10917/90.2, relator Ministro M.A. Giacomini, TRT-10a. região, sendo agravante Fundação Serviço Social do Distrito Federal (Adv.: Dr. Jorge Luiz Papadopolis Bottega) e agravado Rubem Jesus de Carvalho (Adv.: Dra. Heloisa R.C. Felipe dos Santos).

RR-11246/90.8, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrente Fazenda Pública do Estado de São Paulo (Adv.: Dra. Elisabete Silva Campos) e recorridos Maria Lucinda Pereira Cabral e Outros (Adv.: Dr. Alfredo de L. Bento).

RR-11478/90.2, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-1a. região, sendo recorrente Fernando Antonio dos Santos Farias (Adv.: Dr. Rogério Avelar) e recorrido Bndes Participações S/A-BNDESPAR (Adv.: Dr. Hermete de Souza Borges).

RR-11534/90.5, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrente Volkswagen do Brasil S/A (Adv.: Dr. Rafael Jorge Neto) e recorrido Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema (Adv.: Dr. Alino da Costa Monteiro).

RR-11573/90.1, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-3a. região, sendo recorrente Vander Fernandes Correa (Adv.: Dr. João Pinheiro Coelho) e recorrido Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL (Adv.: Dr. Marcelo Pinheiro Chagas).

AI-11572/90.1, Relator Ministro M.A. Giacomini, TRT-3a. região, sendo agravante PLAMBEL-Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Adv.: Dr. Marcelo Pinheiro Chagas) e agravado Vander Fernandes Correa (Adv.: Dr. João Pinheiro Coelho).

RR-11939/90.2, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-3a. região, sendo recorrente Fundação João Pinheiro (Adv.: Dr. Marcus Guimarães Cota) e recorrido José Maria Fernando Medina (Adv.: Dr. Ailton Moreira Antunes).

RR-11959/90.9, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-5a. região, sendo recorrentes Elias Pereira da Costa e Outros (Adv.: Dr. Sid. H. Riedel de Figueiredo) e recorrida Rede Ferroviária Federal S/A (Adv.: Dr. Aquiles Silva Dias).

RR-11986/90.6, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrente Geruza Maria Ribeiro Dias (Adv.: Dr. Marcos Roberto Gold) e recorrida Companhia Auxiliar de Viação e Obras (Adv.: Dr. Adenilze Bechara de Rosa).

RR-11996/90.9, Relator Ministro Afonso Celso e revisor Ministro M.A. Giacomini, TRT-2a. região, sendo recorrente TRANSBASIL S/A Linhas Aéreas (Adv.: Dr. Heitor Francisco Gomes Coelho) e recorrido Ibsen Nogueira da Gama (Adv.: Dr. Vander Bernardo Gaeta).

RR-12002/90.2, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrente Lúcia Maria Ferreira da Silva

Franco (Adv.: Dr. José Torres das Neves) e recorridos Banco Mercantil de São Paulo e Outra (Adv.: Dra. Maria Aparecida P. de Arruda).

AI-12001/90.3, Relator Ministro M.A. Giacomini, TRT-2a. região, sendo agravante Banco Mercantil de São Paulo S/A (Adv.: Dra. Maria Aparecida P. de Arruda) e agravada Lúcia Maria Ferreira da Silva Franco (Adv.: Dr. José Torres das Neves).

RR-12083/90.5, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrente Banco Auxiliar S/A (Adv.: Dr. Robinson Freitas Melo) e recorrido Wellington de Araújo (Adv.: Dr. Luiz Domingos Bolo).

RR-12178/90.4, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-2a. região, sendo recorrente Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema (Adv.: Dr. Alino da Costa Monteiro) e recorrido Ford Brasil S/A (Adv.: Dr. Márcio Yoshida).

AI-12177/90.4, Relatora Ministra Cneá Moreira, TRT-2a. região, sendo agravante Ford Brasil S/A (Adv.: Dr. Márcio Yoshida) e agravado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema (Adv.: Dr. José Augusto Alves Freire).

RR-12190/90.1, relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-2a. região, sendo recorrente Banco Auxiliar S/A (Adv.: Dra. Lígia Maria Mazzucatto) e recorrida Daisy Lanzelotti (Adv.: Dra. Emilia Leite de Carvalho).

AI-12189/90.2, Relator Ministro M.A. Giacomini, TRT-2a. região, sendo agravante Daisy Lanzelotti (Adv.: Dra. Emilia Leite de Carvalho) e agravado Banco Auxiliar S/A (Adv.: Dra. Simone dos Santos Barros).

RR-12228/90.3, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-1a. região, sendo recorrente Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE (Adv.: Dr. A.L. Meirelles Quintella) e recorrido Roberto Rosa de Miranda (Adv.: Dr. José Alberto Couto Maciel).

RR-12241/90.8, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-15a. região, sendo recorrente Debora Cantu de Oliveira Mandolo (Adv.: Dr. José Eduardo Furlanetto) e recorrido Banco Geral do Comércio S/A (Adv.: Dr. Antonio F. Guimarães M. Machado).

RR-12249/90.7, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-15a. região, sendo recorrente Prefeitura Municipal de Ariranha (Adv.: Dra. Angela Cristina Correa) e recorrido Cláudio Antonio Lanca (Adv.: Dr. Lourival Célio de Angelis).

RR-13533/90.2, Relator Ministro M.A. Giacomini e revisor Ministro Fernando Vilar, TRT-5a. região, sendo recorrente Banco do Brasil S/A (Adv.: Dra. Maria de Fátima C.B. Stern) e recorridos Genaro da Silva Oliveira e Outro (Adv.: Dr. Gui de Alcovia R. Agulha).

RR-12629/90.1, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-2a. região, sendo recorrente Banco Auxiliar S/A (Adv.: Dr. Robson Freitas Melo) e recorrido Wilson Roberto da Costa (Adv.: Dr. Raul Soriano).

RR-12645/90.8, Relator Ministro Fernando Vilar e revisora Ministra Cneá Moreira, TRT-15a. região, sendo recorrente Carlos Antonio Moraes de Freitas (Adv.: Dr. José Eduardo Furlanetto) e recorrido Banco Nacional do Norte S/A.

RR-12734/90.2, Relator Ministro Ursulino Santos e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-5a. região, sendo recorrente Petróleo Brasileiro S/A PETROBRAS (Adv.: Dr. Carlos A.F. de Oliveira) e recorrido Egidio Cerqueira (Adv.: Dr. Carlos Artur Chagas Ribeiro).

RR-12784/90.8, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-10a. região, sendo recorrente Fundação Universidade de Brasília FUB (Adv.: Dr. Francisco Pedro de Oliveira) e recorrido Remival Nunes Leles (Adv.: Dr. Aldemar Borges de Matos).

RR-12956/90.4, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-9a. região, sendo recorrente Banco Noroeste S/A (Adv.: Dra. Ana Alves Teixeira) e recorrido José Antonio Tavares Alves (Adv.: Dr. Martins Gatti Camacho).

RR-12986/90.3, Relatora Ministra Cneá Moreira e revisor Ministro Afonso Celso, TRT-4a. região, sendo recorrentes Pedro de Vasconcelos e Outros (Adv.: Dr. Alino da Costa Monteiro) e recorrida Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (Adv.: Dr. Ivo Evangelista de Ávila).

RR-12999/90.8, Relatora Ministra Cneá Moreira e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-1a. região, sendo recorrente Embrafilme Distribuidora de Filmes S/A (Adv.: Dr. Paulo Q. da S. Lage) e recorrido Pedro José de Macedo (Adv.: Dr. Dacle Alves Santos).

RR-13384/90.5, Relatora Ministra Cneá Moreira e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-4a. região, sendo recorrente Carlos Mário Mattos Konhcher (Adv.: Dr. Moacyr Martins da Silva) e recorrida Fundação Universidade do Rio Grande (Adv.: Dr. Elcy R. Sole).

RR-13409/90.1, Relatora Ministra Cneá Moreira e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-4a. região, sendo recorrente Estado do Rio Grande do Sul (Adv.: Dr. Dirceu José Sebben) e recorridos Eliane de Lima Carneiro e Mobra Serviços Empresariais Ltda e Outra (Adv.: Drs. Walder M. Pereira e Liz Mayer da Silva).

RR-13541/90.1, Relator Ministro Afonso Celso e Revisora Ministra Cneá Moreira, TRT-7a. região, sendo recorrente Banco do Brasil S/A (Adv.: Dr. Eugênio Nicolau Stein) e recorridos Elcias Carvalho Ramos e Outro (Adv.: Dr. Luiz Moroni da Silveira).

RR-13542/90.8, Relatora Ministra Cneá Moreira e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-7a. região, sendo recorrente Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará (Adv.: Dr. Manoel Edilson Cardoso) e recorrido Banco do Estado da Paraíba S/A.

RR-13571/90.0, Relatora Ministra Cneá Moreira e Revisor Ministro Afonso Celso, TRT-3a. região, sendo recorrente Banco Nacional S/A (Adv.: Dr. Aluisio Xavier de Albuquerque) e recorrido Luiz Carlos Rodrigues Costa (Adv.: Dr. Sérgio Luiz M. de Cerqueira).

RR-13583/90.8, Relator Ministro Aforso Celso e Revisora Ministra Cneá Moreira, TRT-1ª região, sendo recorrente Better Comunicação S/A (Succesora da SGB Publicidade e Promoções S/A) (Adv.: Dr. Júlio Goulart Tibau e recorrida Carmem Aurélio Cabral de Andrade (Adv.: Dr.ª Silvana Pacheco L. de Almeida).

RR-18945/90.6, Relator Ministro Fernando Vilar e Revisora Ministra Cneá Moreira, TRT-10ª região, sendo recorrente Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv.: Dr.ª Cristiana Rodrigues Gontijo) e recorrida Aparecida Marilene Mazeto Correa (Adv.: Dr. Vivaldo Silva da Rocha). Os processos que não forem julgados na Sessão, se em número superior a vinte o serão nas Sessões Subseqüentes, ficando designada desde logo a Sessão Extraordinária para Terça-feira que se segue com início às 09 (nove) horas (Artigo 38 da LOMAN).

Brasília, 04 de fevereiro de 1991.

MARIA DAS GRAÇAS CALAZANS
Diretora de Serviço da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 003 - PROCESSOS POSTOS EM MESA

- RECURSO CRIMINAL nº 5964-0 - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Adv. Dr. Gleib Roberto Vilela.
- RECURSO CRIMINAL nº 5968-2 - Relator Ministro George Belham da Motta.
- APELAÇÃO nº 46.221-0 - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Adv.ªs Dr.ªs Tania Sardinha Nascimento e Eliane Ottoni de Luna Freire.
- APELAÇÃO nº 46.246-7 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Adv.ª Dr.ª Tania Sardinha Nascimento.
- APELAÇÃO nº 46.252-0 - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Adv.ªs Dr.ªs Mariza Pereira do Couto e Ana Maria David Cortez.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 28, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1990

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar o Doutor MOACIR MENDES SOUSA, Procurador da República de 1ª Categoria, em exercício na Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, para representar o Ministério Público junto à Seção Judiciária do Estado de Rondônia, nas audiências marcadas para os dias 6 e 7 de fevereiro de 1991.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Primeira Câmara

Acórdãos

RECURSO Nº 4.035/90/PC. Recorrente: José Roberto Curtolo Barbeiro. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheira LAURA CÂNDIDA DUBOURQ DE BARROS. EMENTA: A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com a atividade de policiais de qualquer categoria da União, do Distrito Federal, dos Estados, e Municípios. ACÓRDÃO "B": Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso e negar-lhe provimento. Sala de sessões, 19 de novembro de 1990 - TALEs CASTELO BRANCO - Presidente da 1ª Câmara. LAURA CÂNDIDA DUBOURQ DE BARROS - Conselheira. Relatora. PROCESSO Nº 003 / 437/89/PC. Recorrente: Marineide Spaluto. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro MILTON MURAD. EMENTA: Não se conhece do recurso quando a manifestação do ba-charel, obstaculando no seu propósito de obter inscrição, não exterioriza qualquer razão de inconformidade e é dirigida a órgão diverso do incluído, por lei do reexame da questão. Instauração, após isso, de representação para enfoque de inscrição original. ACÓRDÃO "B": Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade de votos, instaurar Representação para enfoque da inscrição principal. Sala de sessões, 15 de outubro de 1990. TALEs CASTELO BRANCO - Presidente 1ª Câmara - MILTON MURAD. Conselheiro relator.

Editais e Avisos

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria Judiciária

Partidos Políticos

EDITAL EXPEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 91, DA RESOLUÇÃO-TSE Nº 10.785, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1980

O Exmo. Sr. Ministro VILAS BOAS, Relator do Processo nº 221 -Cls. 7a. - DISTRITO FEDERAL (Brasília)

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi requerida a capacidade jurídica provisória do Partido Municipalista Social Democrático - PMSD, em petição protocolada sob o nº 10.926/90, assinada por ARMANDO CORRÊA DA SILVA, Presidente da Comissão Diretora Nacional Provisória.

Nos termos do art. 13, da Resolução - TSE nº 10.785/80, o pedido poderá ser impugnado, no prazo de dez dias, a contar da publicação do presente edital.

Dado e passado ao primeiro dia do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e um. Eu, SEBASTIÃO DUARTE XAVIER, Diretor-Geral da Secretaria, subscrevo.

Ministro VILAS BOAS, Relator.

Tribunal Superior do Trabalho

Primeira Turma

EDITAL DE 04 DE FEVEREIRO DE 1991

De ordem do Exm.º Sr. Ministro Presidente da Primeira Turma, URSULINO SANTOS, comunico a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele conhecimento tiverem, que esta Turma fará realizar-se Sessão Extraordinária no próximo dia 19 de fevereiro de 1991 (TERÇA-FEIRA), com início às 9:30 horas, para julgamento dos feitos remanescentes.

MARIA DAS GRAÇAS CALAZANS
Diretora de Serviço da Secretaria da Turma

REVISTA DE DIREITO MILITAR

Número 11 - 1984

191 páginas - Preço: Cr\$ 180,00

Informações: Seção de Divulgação - SIG - Quadra 06 - Lote 800 - CEP: 70604 - Brasília/DF. Fones: (061) 321-5566 - R 305 ou 309 ou 226-2586; 226-6812



— Organizada pelo Ministério Público Militar da União —